Revista Jurídica do Nordeste Mineiro, v.1, 2024
ISSN 2675-4312

O poder e suas novas roupagens: propondo releituras nas representações dos memes políticos

Power and its new guises: proposing reinterpretations in the representations of political memes

Simone Alves Martins
Docente do Curso de Direito da Faculdade AlfaUnipac, Teófilo Otoni/MG
E-mail: draalvesmartins@gmail.com

Márcio Achtschin Santos
Docente da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni/MG
E-mail: márcio.achtschin@ufvjm.edu.br

Resumo

Diante do crescente interesse acadêmico quanto às representações políticas na Internet, a questão apresentada no artigo é se as pesquisas realizadas em torno desse tema, especialmente os memes, têm encontrado respostas satisfatórias para a compreensão desse fenômeno comunicativo. Estes trabalhos apresentam a tendência em analisar os ciberespaços como mecanismos de resistências e/ou manipulações, privilegiando a ideologia e outros comportamentos racionais. A partir de uma revisão qualitativa, o resultado da pesquisa aponta para a necessidade de ampliação no uso de categorias relacionadas à Cultura Política, incorporando novos elementos no campo simbólico, como o imaginário e o mito. Conclui-se que as Redes Sociais são expressões de vivências que utilizam o ambiente virtual como um espaço novo de ritos, produzindo múltiplas representações que reforçam o poder instituído nas relações cotidianas.

Palavras-chave: Cultura política; Representações; Memes; Ritos.

Abstract

Given the growing academic interest in political representations on the Internet, the question presented in the article is whether research carried out on this topic, especially memes, has found satisfactory answers for understanding this communicative phenomenon. These works present the tendency to analyze cyberspaces as mechanisms of resistance and/or manipulation, privileging ideology and other rational behaviors. Based on a qualitative review, the research result points to the need to expand the use of categories related to Political Culture, incorporating new elements in the symbolic field, such as imaginary and myth. It is concluded that Social Networks are expressions of experiences that use the virtual environment as a new space for rites, producing multiple representations that reinforce the power established in everyday relationships.

Keywords: Political culture; Representations; Memes; Rites.

1. Introdução

Em entrevista ao jornal “El Pais”, Jürgen Habermas afirmou que, depois de séculos em que a população rotinizou a leitura, recentemente passou a tomar para si o destino da sua escrita:

> Desde a invenção do livro impresso, que transformou todas as pessoas em leitores potenciais, foi preciso passar séculos até que toda a população aprendesse a ler. A Internet, que nos transforma todos em autores potenciais, não tem mais do que duas décadas (HABERMAS, 2018).

Com a mesma velocidade que surgiram os usuários da internet, também se tentou acompanhar e entender esse fenômeno através das pesquisas acadêmicas. Desde os anos de 1980, os estudos acerca da relação das redes sociais pela internet com a política têm sido realizados por diversas áreas, com maior concentração na ciência da comunicação, mas também na sociologia e na ciência política. Como consenso dessas diversas vertentes há o reconhecimento de que as redes modificaram as relações pessoais e os jogos de poder. Influenciado pelas ideias de intelectuais como Manuel Castells, há o inquestionável princípio de que a internet mudou de forma definitiva as comunicações e a participação política (MIAN E CASTILHO, 2019).

Corroborando com essa ideia, reconhece-se o novo papel das mídias digitais nas relações de poder “[...] há uma dupla direção nessa participação dos internautas nesse processo: as pessoas têm o controle pessoal da mídia ao mesmo tempo em que assumem o papel que era antes das grandes corporações” (JENKINS apud MIAN E CASTILHO, 2019).

A partir desse espaço, ainda segundo as análises realizadas, ocorreu uma ruptura com os meios tradicionais de comunicação, como a televisão, rádio ou jornal, assumindo o receptor um agente produtor de informações e opiniões: “Agora, as pessoas produzem, discutem e arrumam novas maneiras de tentarem se fazer ouvidas, sendo permitida uma comunicação de muitos com muitos em escola global” (CASTELLS apud BARROS E MILANEZI, 2020).

Os enfrentamentos ocorridos nas diferentes políticas resultam em uma mobilização dinâmica e diversa, com a possibilidade de participação direta, rompendo com os meios tradicionais e estáticos disponíveis até os anos de 1980 (BARROS E MILANEZI, 2020).

Mas, como um fator essencial das Ciências Humanas, não há uma unanimidade quanto às leituras realizadas para o entendimento do que representa e os impactos causados pelas redes sociais. E as divergências dessas abordagens não é o único aspecto a ser discutido. Após pesquisas já iniciadas há décadas, outra questão que precisa ser posta é se as bases teórico-metodológicas estão sendo utilizadas de modo a aproximar dos significados produzidos pelos ciberespaços. A questão central a ser levantada nesse estudo é se as expressões comunicativas realizadas nas redes sociais digitais têm sido analisadas de maneira a responder satisfatoriamente às múltiplas e complexas formas de representações.

Tendo os memes políticos como objeto, a proposta desse artigo é trazer reflexões quanto às produções acadêmicas acerca do papel das redes sociais e sua relação com a política. Especialmente porque há a predominância de leituras a partir de comportamentos racionais[1] dos cibernautas, caso da ideologia, como representação única para esse modelo de linguagem.

Reconhecer que as manifestações meméticas são fortemente marcadas por crenças e valores estimula a busca para novos modelos teóricos, caso da Cultura Política.

A partir dessa perspectiva, deve-se ressaltar que o estudo de Cultura Política busca a compreensão das relações de poder não apenas através da conduta racional, mas envolve outras formas de representações e sentimentos, como paixões, medos e esperanças, aspectos do inconsciente que incluem "[...] linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários [...]" (MOTTA, 2009, p. 21).

O uso mais abrangente de Cultura Política pode contribuir no sentido de preencher parte desse vazio teórico e metodológico: "Toda a força da categoria Cultura Política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo" (MOTTA, 2009, p. 28).

[1] Considera-se racionalidade aqui correspondendo à ação humana na qual os indivíduos intencionalmente constroem planos lógicos que correspondem ao atendimento de suas necessidades. pressuposto de que o indivíduo tem a capacidade de ordenar alternativas, estabelecer a importância utilitária de cada uma das opções em ordem de preferência a partir do agrupamento de informações, tornando seguras suas convicções (BAERT, 1997).

Desde o início dos anos de 1960, quando Gabriel Almond e Sidney Verba publicaram o já clássico “The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations”, muito se avançou nos estudos da Cultura Política.

Serge Berstein (1988) aponta para a complexidade da sua aplicação, ao enfatizar que a cultura atua como um fenômeno que nos leva a entender a complexidade dos comportamentos humanos.

Dessa forma, as questões centrais trazidas nesse trabalho são: as representações nas redes sociais podem ser entendidas como expressões unicamente relacionadas à ideologia, ora vinculadas a grupos dominantes que controlam a tecnologia das redes, ora como manifestações conscientes de resistência e mobilização? Qual a relação entre as vivências do cotidiano e as representações construídas nas redes digitais? As análises acadêmicas quanto aos memes tem utilizado de categorias que contemplem o entendimento das manifestações meméticas?

Para encontrar de modo satisfatório respostas a essas questões, buscou-se como recursos metodológicos uma revisão qualitativa através do estado da arte sobre os memes. A pesquisa parte de artigos acerca do tema publicados a partir de 2019, sendo que o recorte temporal se fundamenta por ser um assunto relativamente novo na literatura. Além disso, as publicações utilizadas sintetizam de modo atualizado os trabalhos apresentados anteriores a essa data. Nesse sentido, considerou-se que as pesquisas dos dois últimos anos conseguem apreender e atualizar a linguagem dinâmica dos ciberespaços, bem como discutir o contexto de polarização política dos últimos anos. A exceção à inclusão de artigos de Viktor Chagas anteriores a 2019 se justifica por ser esse autor uma referência nesse tipo de estudo no Brasil.

Procurando responder tais questões, esse estudo foi dividido em 3 seções. A primeira analisa as pesquisas acadêmicas realizadas sobre as Redes Sociais digitais, em especial os memes políticos. No segundo momento, apresenta como proposta as de evidenciar as categorias utilizadas na Cultura Política, especialmente a relação entre o poder e suas representações. Por fim, é feito um debate em relação à efetividade teórica dos estudos atuais realizados acerca da relação Redes Sociais-memes-política e as possíveis alternativas para ampliar essas pesquisas através de outras categorias da Cultura Política que não apenas a ideologia.

2. Os memes

De acordo com Victor Hugo Nicácio Ferreira e João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima (2020), o humor, com seus diversos papeis, já foi usado tanto na Grécia Antiga como nas monarquias europeias, neste caso através do Bobo da Corte. O humor é um processo, que sofre mudanças nas funções e suas representações servem para exprimir diferentes fins, como a paixão e emoção que são atribuídas ao racional humano.

Corroborando com essa visão dinâmica dos memes, Nolasco-silva, Soares e Bianco (2019), entendem que estes são discursos em permanente atualização, exigindo modificações constantes, dando assim sentido a sua origem etimológica, qual seja, "imitar um discurso para fazê-lo outro" (2019).

Segundo Viktor Chagas (2016), o humor tanto pode ser subversivo, sendo capaz de criticar determinado padrão vivido, como pode estar a serviço de quem procura sufocar grupos alijados do poder, se tornando opressivo.

Citando Tay (2020), Chagas destaca as formas de representação comuns em personagens das sátiras políticas: a integridade do personagem, a competência, o carisma e a independência. Daí resultam as categorias produzidas por Medhurst e Souza apud Chagas (2016): a) lugares-comuns da política – temas mais frequentes, como corrupção e crise econômica; b) alusões literárias e/ou culturais – expressões de filmes ou livros, bem como personagens, fictícios ou populares; c) personagens da política – figuras folclóricas ou personagens caricaturais; d) temas situacionais – expressões, gestos e reações incomuns.

Já são convencionais as citações sobre as bases teóricas e metodológicas das pesquisas relacionadas com os memes. Dos estudos iniciados por Richard Dawkins em 1976 até aos dias atuais, muitas releituras sobre a categoria foram realizadas. De acordo com Mariella B. Mian e Alessandra de Castilho (2019), se Dawkins (2007) atribuiu aos memes a replicação de culturas relacionadas à biologia, as duras críticas ocorridas desde o uso original fizeram com que sua utilização assumisse um entendimento mais difícil, especialmente compreendendo pela sua complexidade e sua dinâmica, distante da rigidez e do limite conceitual das ciências exatas.

Um ponto comum entre os autores que trabalham com os memes é o de considerar a sua natureza cômica, tendo necessariamente seu vínculo com o humor: “O meme, primordialmente, é uma montagem de palavras, imagens e/ou vídeo, de forma que expresse uma mensagem cômica [...]” (FERREIRA E LIMA, 2020, p. 2246), que somado ao ambiente de online, traz novos significados para a Cultura Popular.

Segundo Gomes e Matos (2019) esse fenômeno que tem como característica a utilização de brincadeiras, piadas ou montagens de imagens/fotos, o que acaba por potencializar uma rápida difusão de ideias através dos usuários das redes, proporcionando assim, cada vez mais a participação popular.

Isto posto, é necessário entender como ocorre a construção do meme e como ele se torna viral entre as mídias sociais e os cibernautas.

De acordo com Davison apud Mariella B. Mian e Alessandra de Castilho (2019), a construção dos memes seguem três passos: o que provoca a criação (ideal), a editoração dos textos e imagens (comportamento) e a divulgação (manifestação).

Em concordância, Nolasco, Ávila e Jungblut (2020) dispõe que os memes têm um discurso dinâmico, com um grande potencial de modificações por não controlar, como as outras mídias, a propriedade intelectual. Polissêmico, pode ser ressignificado pela facilidade de manuseio, capaz de “[...] recriar conteúdos virais por meio de paródias, readaptações e derivações com diferentes conteúdos, mas mantendo algo da matéria-prima” (PEREIRA apud NOLASCO, ÁVILA E JUNGBLUT, 2020, p. 6).

Ainda segundo Ana Nolasco, Leonardo F. Ávila e Aírton Jungblut (2020) há nos memes a diferença das outras formas de ativismo social por sua expressão individual. Enquanto que outros ativismos, como o uso das redes para mobilização em favor de uma causa ou o agendamento de uma manifestação nas ruas, os memes provocam a sensação de participação pessoal, além da mensagem rápida que produzem. Desdobra a partir de um posicionamento individualizante uma disputa de narrativas, uma identificação com determinadas ideias e as redes acabam por construir esses posicionamentos em comum. Há um fortalecimento mútuo a partir das narrativas, sem importar se são ou não criações verídicas: “Cria-se assim uma rede de pessoas que buscam construir o

significado de determinado acontecimento que se legitimam mutualmente por meio de mecanismos que a rede social propicia" (NOLASCO, ÁVILA E JUNGBLUT, 2020, p. 08).

Tendo como referência os estudos de L. Shifman (2014) e Viktor Chagas (2018) adotou a taxonomia para identificar os memes, se tornando uma referência no Brasil. Chagas classifica os memes em persuasivos, ação popular e discussão pública. Os Persuasivos são amplamente divulgados em apoio a determinadas pautas políticas, tendo um teor propagandista. Já os de Ação Popular são construídos coletivamente, com o objetivo de provocar o cidadão para o envolvimento político. Por fim, os memes de Discussão Pública estão relacionados ao humor e ironia:

> a) memes persuasivos, peças estrategicamente construídas para serem disseminadas de modo a angariar apoio a uma determinada proposta ou candidatura; (b) memes de ação popular, aqueles que se caracterizam como um conjunto de imagens que expressam um determinado comportamento ou temperamento coletivo; e (c) memes de discussão pública, os que se ancoram no humor e em situações de evidente incongruência na expectativa do internauta, geralmente identificados como piadas políticas e traduzidos por muitos autores (García, 2015) como uma nova roupagem da charge política e do comentário social (CHAGAS, p. 09, 2018).

O que evidencia ao analisar a produção acadêmica acerca dos memes é a predominância nas pesquisas realizadas da conduta racional como a única representação possível. Quer seja um debate em favor dos memes com ferramenta importante para resistência, quer seja apontando como forma de legitimar uma ordem dominante, o uso das representações nas produções realizadas conduz necessariamente a um comportamento dentro de uma lógica racional. As expressões acabam por ter como referência especialmente a ideologia, ignorando outras formas de representações que povoam os memes:

> Nesse campo das representações, a racionalidade conduz frequentemente para o ideológico. Seguindo essa tendência, as abordagens mais frequentes são pesquisas em torno das representações envolvendo o republicanismo, fascismo, jacobinismo, democracia etc. Ainda que pertinentes em alguns casos, essas explicações, normalmente construídas através de uma perspectiva racional, dificulta e/ou limita o entendimento em situações que exigem a aplicação de outras formas de representações. Especialmente como em algumas situações no Brasil, distante das experiências políticas europeias ou norte-americanas, locais que herdaram esse modelo (ACHTSCHIN SANTOS, 2020A, p. 192).

Procurando ilustrar essa tendência, foi feita uma análise entre as produções acadêmicas, buscando especificar a abordagem de maior constância em relação ao uso político dos memes. Identificou-se nesses estudos, como tema permanente, a relação do discurso memético com a democracia. Por sua vez, entre os autores, quanto às representações produzidas na referência entre democracia (ou a ausência dela) / memes, privilegia-se a ação racional, normalmente de caráter ideológico, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Quadro1 – Análise das produções acadêmicas

Artigo	Autores	Representações produzidas
Disputas simbólicas em memes das eleições presidenciais brasileiras de 2018.	BARROS, Laan Mendes de; MILANEZI, Maicon José de Faria.	Memes como parte de disputas simbólicas alimentadas por sistemas robotizados
A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014.	CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda Alcântara; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara.	Uso de uma taxonomia com sentidos múltiplos de engajamento, persuasão e propaganda política.
A febre dos memes de política	CHAGAS, Viktor.	Uso de uma taxonomia com sentidos múltiplos de engajamento, persuasão e propaganda política.
" Não tenho nada a ver com isso": cultura política, humor e intertextualidade nos memes das eleições	CHAGAS, Viktor.	Uso de uma taxonomia com sentidos múltiplos de engajamento, persuasão e propaganda política.
Redes cômicas: uma abordagem sobre como pesquisar o humor na internet e as reverberações subliminares em torno do meme	FERREIRA, V. H. N., & LIMA, J. V. R. B. da C. .	Neoliberalismo empoderando os meios virtuais e memes.
Memes políticos e dessubjetivação: o ocaso da phoné na política contemporânea brasileira.	GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa.	Memes como mecanismos de aproximação e afastamento da arena e da ação política.
O Ciberativismo potencializado via memes: uma análise de articulação de pautas políticas e sociais nas redes	MIAN, Mariella Batarra; CASTILHO, Alessandra de.	Memes como instrumento capaz de ampliar a liberdade de expressão e em prol de causas ativistas.
Likes, memes e militância: ciberativismo na internet brasileira	NOLASCO, Ana, ÁVILA, Leonardo Frosi; JUNGBLUT, Aírton Luiz.	Ativismo usando memes para turbinar discursos de grupos políticos engajados.
Os memes e o golpe.	NOLASCO-SILVA, Leonardo, SOARES; Maria da Conceição Silva; BIANCO, Vittorio Lo.	Memes com potencial de estimular resistência e mobilização.

Memes de discussão pública: o mito da conspiração comunista no Brasil.	POPOLIN, Guilherme.	Memes como agentes para fomentar e atualizar mitos e favor da lógica de grupos conservadores.

Fonte: o autor

Porém, as ações racionais e a Ideologia seriam as únicas representações possíveis para analisar os memes políticos?

3. Discutindo as representações como categorias políticas

A base da produção do conhecimento a partir da modernidade encontrou na ação racional uma sustentação segura para analisar a política. O que não estava incluso ao comportamento racional nos jogos de poder e suas representações acabou sendo negligenciado pela pesquisa. Condutas passaram a ser subjugados por orientações nas quais interesses coletivos se fundam em estratégias, ora tendo como protagonistas grupos ou classes organizadas, ora o Estado como campo privilegiado.

Segundo Falcon (2000) a produção do conhecimento para os ocidentais, tem a tendencia de privilegiar a racionalidade e aspectos da fantasia, imaginação e ficção fica a cargo do irracional. A pesquisa na política se voltou para o comportamento racional, se consolidou como fundamento da produção do conhecimento, chegando muito viva ao século XXI.

O que fugiu à racionalidade acabou sendo negligenciado ou dominado pela razão. Sobre essas análises políticas contemporâneas, Girardet afirma que: “Com algumas exceções, e essas exceções são recentes, todas tendem a restringir sua exploração ao domínio exclusivo do pensamento organizado, racionalmente construído, logicamente conduzido” (1987, p. 09). Segundo ele, essa primazia do racional é uma herança da civilização ocidental construída a partir da modernidade.

Consolidado nos estudos atuais, o paradigma do ser humano racional nas Ciências Humanas é um desafio. Há um caminho longo a percorrer na produção do conhecimento para constatar se, nas relações de poder, prepondera o comportamento a partir dos cálculos baseados na razão para as decisões coletivas. Tanto o pensamento marxista como os neoclássicos partilham dessa perspectiva racional.

Na leitura de Marx e marxistas, as relações de poder foram diretamente relacionadas ao trabalho. Ainda que a produção marxiana é constituída "[...] por uma pluralidade de leituras e apropriações dos textos do fundador [...]" (MOTTA, 2009, p. 26), no campo das representações ganhou maior vigor a ideologia. Qualquer que seja sua acepção, a ideologia "[...] ocupou lugar proeminente na superestrutura imaginada pelo filósofo alemão" (MOTTA, 2009, p. 27).

Fortemente marcada pela racionalidade do pensamento oitocentista europeu, a ideologia se tornou, no campo das representações, a maior expressão marxista. Mesmo que alguns autores procurem relativizar, o entendimento quanto à ideologia em Marx remete à consciência própria dada por uma classe.

Dessa forma, para chegar ao poder, o ponto de partida da classe dominada é tomar consciência de si, construindo sua ideologia própria. Desse modo, os comportamentos estão voltados para ações racionais, conduzidas com fins, ainda que tenha aspectos construídos por uma falsa consciência em que o poder material e espiritual pode dominar uma sociedade.

Do mesmo modo, a conduta racional que ganhou novo formato nos anos 80 pelos neoclássicos com a introdução da lógica econômica à vida social, considerada por Patrick Baert como a "[...] subordinação do homosociologicus ao homo economicus" (BAERT, 1997, p. 07) a Teoria da Escolha Racional, que tem como proposta a explicação do comportamento social, utiliza como premissas a intencionalidade, a racionalidade, a ação e estratégias, a diferença entre informação completa e incompleta, e desta, a distinção entre risco e incerteza (BAERT, 1997), se tornando uma referência para o estudo dos fenômenos políticos e das políticas públicas. Sendo bastante utilizada nos debates das Ciências Sociais das últimas décadas, sendo um ponto de interferência das decisões individuais nas instituições ou vice-versa tem encontrado ainda nas escolhas racionais um princípio norteador nesse debate.

Em contraposição ao exclusivismo das ações racionais, a Cultura Política propõe, para analisar as diversas relações de poder, o uso de categorias de diferentes áreas, que entram no território da política dando novas dimensões para a compreensão das disputas coletivas pelo poder. O que a Cultura Política procura explicar são os motivadores que justifiquem determinados comportamentos adotados por grupos sociais. Essas motivações humanas,

individuais e ao mesmo tempo coletivas, em ações diversas e contraditórias, compartilhadas por uma sociedade e conduzindo comportamentos políticos numa mesma conjuntura é de grande relevância.

Ao privilegiar a ideologia ou outras representações fundadas em ações racionais, se ignora realidades múltiplas de comportamentos na vida pública que não são exclusivamente fundadas na razão instrumental, ou, se o são, ganham especificidades que distanciam dos padrões utilitaristas e planejados dentro de uma lógica ocidental. Isso significa que o poder e as suas representações não apenas manipulam, mas também agem por múltiplos interesses e arranjos no mundo do cotidiano. Para ampliar essas análises torna-se necessário buscar outras formas de representações, como é o caso do imaginário e do mito.

4. As representações, o imaginário, os mitos

Falcon (2000) afirma que a busca do rigor e objetividade do pensamento moderno apresenta muitas e crescentes interrogações sobre a categoria representação. É um recurso submetido a constantes verificações para se fazer legitimar como científico. Nesse compasso o autor aponta que, mesmo dentro da perspectiva da modernidade, representação e suas categorias afins é "[...] termo ambíguo que podem convergir elementos psicológicos e epistemológicos muito variados. Essa busca de maior precisão resulta do rigor crescente no campo científico ao longo do século XX, iniciado ainda com o pensamento modernista e continuado com o pós-modernismo.

O uso das representações integra a vida social e rede simbólica. Muito além do objeto em si, a imagem está vinculada a sentimentos e vivências relacionadas com ela, definidas pela experiência histórica. Há, portanto, nessa perspectiva, o símbolo produzindo interações entre os homens em situações características em uma sociedade" (LAPLANTINE E TRINDADE, 1997).

Retratando uma pouco da história, as representações são vistas e materializadas por um enredo que pode ser analisado a partir dos textos, submetendo nestes as construções da realidade onde se articulam cultura, sociedade e poder. Os documentos e as narrativas são os indícios do fato, reconstituições a partir da vivência e do olhar de quem faz o relato, sendo assim uma representação do real, sem que isso signifique que se trata de cópia perfeita

e completa. Dessa forma, e com a adoção de cuidados críticos, o estudo das representações propicia a compreensão que uma sociedade faz de si mesma e suas variações no decorrer do tempo.

O termo representação é originário do latim *repraesentare*, o que significa apresentar de novo. Não é estranho Falcon (2000) considerar que as representações correspondem a uma elaboração da consciência cognitiva humana ao mundo externo. Para ele, tanto pode ser uma releitura do que está presente como fazer presente a partir de uma reapresentação do que está ausente. De qualquer modo, representação é um sistema que envolve um ator social capaz de fazer a leitura do que considera como real, conforme Pesavento (1995) afirma que a tradução mental de uma realidade exterior tem o poder de ligar-nos ao processo de abstração. Por sua vez, Bourdieu (1996) entende que as representações estão diretamente relacionadas a ações de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, inclusive como estratégias para conquista do poder.

Além da ideologia, outras categorias são possíveis para realização de trabalhos relacionados às representações de poder. Diferentemente do apelo intelectual e de classe com uma visão própria do mundo (SILVA, 2000), há outras formas de percepção do real com forte carga afetiva e emocional. É o caso do Imaginário.

Para que o imaginário possa se tornar inteligível são produzidos discursos que se fazem representar através da linguagem (BACZKO,1985). São representações realizadas especialmente pelos signos e símbolos. O imaginário, segundo Laplantine e Trindade (1997), é uma representação fundamentada em imagens construídas socialmente. Está diretamente relacionada com a realidade, mesmo que não seja sua tradução exata, uma vez que refaz ou reconstrói esse real, ou seja, é a percepção de uma realidade exterior reconstruindo as imagens de coisas, imagens que são diretamente ligadas a percepção (LAPLANTINE E TRINDADE, 1997).

A realidade, como elemento físico, é preservada, mas o imaginário, não sendo um mero reprodutor, faz uma interpretação das imagens existentes criando novas relações interpretativas a partir do sujeito e em relação ao objeto. Apesar de não negar o real, o transfigura, criando novas percepções dentro de uma forma particular de compreender o mundo, carregada de fato e de emoções.

O imaginário se compõe através de forte apelo emocional, como sonhos, princípios morais, desejos, etc. Isso não quer dizer que no imaginário, com seu caráter afetivo, haja a ausência da razão, mas ocorre um afastamento de raciocínio lógico como condutor ou justificador de suas ações, distanciando do conceito de ideologia. De acordo com Maffesoli (2001), o imaginário apresenta um elemento racional que pode ser percebido em outros paramentos, como o onírico, o lúdico, a fantasia, enfim, o imaginativo. Já na visão de Laplantine e Trindade (1997), essa afetividade existente desafia o pensamento científico, mas não retira do imaginário uma lógica interna, produzido a partir das experiências históricas e toda sua carga de valores, sentimentos e projeções construídos.

Nessa mesma perspectiva Backzo (1985) aponta o uso e construção do imaginário no discurso de alguns pensadores clássicos ocidentais, não sendo, portanto, um tema recente. Entende que o imaginário social não só “traduz” a realidade como implica em atitudes comuns, envolvendo experiências humanas carregadas de afetividades e emoções, ou seja, não necessariamente racionalizadas, inclusive na arena política.

Ainda de acordo com o autor o imaginário e poder estão entrelaçados, na medida que há uma função de multiplicidade e complexidade no uso das representações coletivas no poder político, onde o imaginário assume um importante e diversificado papel, quer seja no uso dessas representações como forma de legitimar o poder ou da recusa dessa dominação. O imaginário social é um aspecto de uma coletividade, onde se elaboram representações próprias que respondem a conflitos, tensões e consensos.

Os sistemas simbólicos mais estáveis tornam-se motivações para existência e ação dos grupos sociais, operando no imaginário social a partir das experiências somadas a desejos, temores, esperanças, etc. Há no imaginário social a construção de símbolos que asseguram a um grupo social interpretações diversas e complexas, propondo uma adesão de sistemas de valores, levando o indivíduo a ações comuns e construindo modelos de comportamento no qual “ suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos.” (BACKZO, 1985, p. 316). Essas representações, sendo

forças que regulam a vida coletiva, produzem identidades que delimitam territorialidades ambientais ou representativas, formando alianças e rivalidades.

Dentro desse contexto Chartier (1990) analisa o imaginário a partir de compreensões plurais e variáveis de uma representação a um objeto ausente, reconstituído em memória, algumas vezes produzidos por bens materiais, outras por relações simbólicas. De um modo ou de outro, correspondem a estratégias de grupos para construção de sua identidade em configurações contraditórias nas práticas que visam identificar uma identidade social.

Para o autor os discursos e suas representações, inclusive o imaginário, ao ser analisado, necessariamente deve ter relação direta com o seu recorte temporal e espacial, estabelecidos pelos interesses dos grupos envolvidos no estudo, sendo essas representações legitimadoras de um projeto, traduzindo posições e interesses de grupos que pensam a sociedade a sua maneira ou o modo como a idealizam, dentro de um processo histórico definido, superando o caráter universalizante e transhistórico dado pela fenomenologia.

O Mito faz parte das categorias de representações identificadas com o sagrado, criando uma identidade de grupo ao constituir modelos a serem reproduzidos. Eliade (2002) procura focar o mito como uma referência à conduta humana, relacionando-o à criação sacralizada, ao começo sobrenatural ainda que considerado verdadeiro.

Diferente de Eliade, Girardet (1987), recusa o caráter da intemporalidade na antropologia clássica, entendendo que a produção do mito político está identificada em um espaço e tempo definidos. Desse modo, os mitos políticos estão diretamente relacionados com as situações históricas construídas, contrapondo à perspectiva atemporal dada às representações. O que ele chama a atenção é que essa construção é feita a partir de seres humanos inseridos em um espaço específico, um recorte histórico.

A partir dessa perspectiva, Girardet aponta para a especificidade das manifestações do imaginário mitológico. Dentro dessas particularidades, indica a semelhança entre o mito e o sonho, ambos imprecisos e organizados em uma dinâmica de imagens que se entrelaçam, dialogam entre si, se chocam. Igualmente, o mito político apresenta um leque de significados e interpretações, numa complexa rede de complementaridade e/ou oposição. No entanto, para o autor, mesmo ambíguo e ambivalente, o mito tem uma lógica própria, coerência

que depende da sequência de imagens e suas associações em séries idênticas localizadas na construção da sua narrativa. O mito foge ao domínio do pensamento lógico e cartesiano, evitando assim que se empobreça a análise da complexidade que envolve o mito político.

Poliformo e ambivalente, o mito se constrói em uma cadeia de imagens associadas onde se relacionam, se complementam, se opõem, se confundem, adquirindo diversas formas e significações. Um mesmo tema pode carregar símbolos que representam o medo e o encantamento, o nascimento e a morte, a prisão e a liberdade, a sombra e a luz. Por outro lado, o historiador francês, ainda que considerando o mito irracional, chama a atenção para a existência de uma lógica de repetições e associações combinadas de imagens, em códigos permanentes que transmitem sua mensagem.

Mas como as representações como o imaginário e o mito ganham formato? De que maneira se materializam socialmente?

5. As representações, as instituições e os rituais

Deve-se considerar que são as instituições que dão continuidade e sobrevivência às representações como o Imaginário e o Mito. De modo geral, explícita ou implicitamente, estão inerentes a esses estudos a presença de regras e uma estrutura que determina princípios a uma dada ordem social, ou seja, a existência de instituições. Procurando estabelecer um conceito à Instituição, North (1995) centrou como elemento definidor dois aspectos: as interações humanas e o papel limitador dessas relações. Para o autor, só é possível uma interação humana a partir de limitações estabelecidas, que são realizadas pelas instituições. Ou seja, as instituições estruturam o cotidiano, dão formato às relações sociais: “Las instituciones son las reglas del juego em una sociedad o, más formalmente, son las limitaciones ideadas por el hombre que dan forma a la interacción humana” (NORTH, 1995, p. 13). Em suma, criar a ordem e reduzir o máximo é função das instituições “throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty inexchange” (NORTH, 1991, p. 97).

Portanto, as instituições reduzem as vicissitudes e as dúvidas da convivência social, possibilitando certa previsibilidade nas ações humanas.

Estabelecer uma estrutura estável e diminuir as incertezas é a principal função das instituições. Carrega um elemento definidor para práticas do cotidiano, oferecendo uma resposta provável para as mais banais escolhas sociais ou para decisões de maior complexidade. Como papel limitador e regulador de comportamentos, as instituições são propensas à durabilidade, ainda que sujeitas às mudanças. De acordo com North, as instituições podem ser formais ou informais, tanto podendo encarnar nas constituições dos Estados como também podem ser construídas e se incorporarem ao direito consuetudinário.

Para Levi (1991), tradicionalmente a ordem construída pelas instituições se sustenta pela coercitividade e pela barganha, tendo como aspecto central o poder dentro desse processo. Em qualquer forma de estrutura institucional estão presentes elementos coercitivos aliados com elementos contratuais.

As instituições são compostas por uma rede simbólica contendo o imaginário e potencialmente estruturadas para organizá-lo, que por sua vez são reforçadas por ritos, quer sejam nos cerimoniais ou no cotidiano: “As homenagens a fatos históricos ou míticos, os aniversários, velórios, cortejos fúnebres, casamentos e batizados religiosos são rituais de reatualização dos acontecimentos passados” (LAPLANTINE E TRINDADE, 1997, p. 23).

Para Bourdieu (2003), o ritual é uma prática expressa por atos permanentes em códigos que reproduzem valores e normas, sintetizando elementos culturais e integrando o grupo pela repetição. Ao reproduzir valores e normas, reatualizam elementos culturais de determinados grupos. Com forte conteúdo simbólico, tanto podem ser experiências esporádicas como ações cotidianas, ou seja, vai desde um desfile militar até um pedido de benção feito pelo filho a um pai.

Foucault (1979) considera que o ritual se torna necessário para a manutenção e durabilidade do poder, pois é necessário construir a partir das regras estabelecidas a transcendência da dominação: “Nem a relação de dominação é mais uma ‘relação’, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isso precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual” (FOUCAULT, 1979, p. 25).

De acordo com Bourdieu (2003) os rituais, para que funcionem, é fundamental que sejam legítimos, estando o agente atuando em nome de uma instituição. O papel do ritual funciona como definidor da separação social,

instituindo sua oposição. A instituição é uma imposição de uma essência social, fazendo com que os agentes tenham ações dentro do comportamento que se espera de sua identidade. É sempre um apelo à ordem, aspirações impostas tanto em privilégio quanto em deveres, autorizando a alguém ou a um grupo a se representar em nome da coletividade.

No ato de instituição está incorporado o desencorajamento à transgressão, o que requer estratégias adotadas para o trabalho de uma inculcação onde se realiza uma imposição duradoura. A comprovação que o ritual é eficiente está na crença de todos na sua validade, mas para tanto é preciso mecanismos sociais que produzam uma cumplicidade, ou seja, o ritual só funciona se for reconhecido como legítimo. Portanto, é preciso que o ritual e a sua face mais visível, a liturgia, com todas as suas prescrições que dirigem suas manifestações públicas, funcione e opere desde que seja percebido como legítimo, pois:

> O simbolismo estereotipado contribui exatamente para evidenciar que o agente age na qualidade de depositário provido de um mandato e não em seu próprio nome ou de sua própria autoridade. . . O simbolismo ritual não age por si só, mas apenas na medida em que *representa* – no sentido teatral do termo – a delegação [. . .] (BOURDIEU, 2003, p. 92, grifo do autor).

Há uma relação direta entre as instituições e o rito, pois este só consegue se for legitimado pelo poder instituído (ACHTSCHIN SANTOS, 2020).

6. Discutindo novos paradigmas para analisar as representações a partir dos memes políticos

Na pesquisa acadêmica há uma dificuldade em tratar os movimentos políticos fora da conduta racional, ignorando outras reações humanas como importante fator de interferência nas ações coletivas.

> Tudo o que escapa às formulações demonstrativas, tudo o que brota das profundezas secretas das potências oníricas permanece, de fato, relegado a uma zona de sombra, na qual bem raros são aqueles que ousam penetrar (1987, p. 10).

Ainda que muito custoso em termos teóricos e metodológicos, tais reações não devem ser negligenciadas na produção do conhecimento nas Ciências

Sociais. Mesmo que o poder, a partir dessa perspectiva, carregue uma lógica própria muito menos visível e com maiores dificuldades de mensuração do que comportamentos racionais. Revisões teóricas nessa direção têm sido construídas. Achtschin (2020) propõe que se busquem as representações a partir das relações de poder, não apenas os que apresentam visíveis nas leis, mas também nas instituições informais, reconhecendo " modelos de instituições fora da arena formal, bem como o uso de novas formas de representações, como o imaginário social e seus reforços ritualísticos" (ACHTSCHIN SANTOS, 2020, p. 18).

De acordo com Achtschin (2020), a cada comportamento partilhado, podem ocorrer diversas variações, conforme tempo e culturas existentes. São condutas historicamente construídas que assumem papel coletivo, de vivências duradouras, estabelecendo regras e ganhando formas de grupo através das instituições. Nesse sentido, o instituído é considerado a partir de experiências partilhadas, não sendo formados necessariamente dentro da ordem capitalista. Tratar as relações de poder através de estruturas estanques, a partir de uma perspectiva holística, não vai responder às questões quanto ao recorte espacial onde atua a política. É no território e as suas relações específicas a referência para uma análise segura acerca do poder.

Nessa perspectiva, o território é o mundo com suas vivências cotidianas. Território que carrega dimensões políticas, econômicas e culturais, inclusive multi-identitários, surgindo jurisdições reais ou imaginadas, espaços habitados em tensões e arranjos, com identidades territoriais particulares (HAESBAERT, 2004). Território como espaço de poder e de construções representativas: "Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações" (RAFFISTIN, 1993, p.45).

O ponto fundamental para investigar o poder e suas representações em estudo de comunidades está na identificação de mecanismos coercitivos próprios construídos historicamente por esses grupos, sejam eles formais ou informais (ACHTSCHIN, 2020). Ora, nas comunidades virtuais as representações não surgem aleatoriamente, mas instituídas nas relações de poder e migradas para as redes sociais. Reconhecer as relações de poder no mundo virtual passa pela identificação e as condições de vida de seus atores, do

ambiente que vivem e das diversas e complexas formas que se relacionam entre si, bem como com outras forças existentes.

Propondo uma nova perspectiva que supere uma explicação racional para os memes e uma autonomia para a circulação de ideias, o mundo virtual não está fora do jogo de poder das construções sociais. Ainda que se reconheça a existência de uma onda conservadora global, ela se identifica e é fomentada por cada realidade local. São tão ambíguas e contraditórias quanto os princípios que fundam a sociedade brasileira, construída desde sua formação a partir de regras que se equilibram em bases antagônicas. São normas, mesmo que injustas dentro de uma perspectiva democrática, que se reconhecem como mecanismo para preservar poderes no dia a dia. Nesse sentido, torna-se necessário analisar as redes como ferramentas e seguindo a lógica do poder instituído e não a uma livre circulação de ideias. O cibernauta segue primeiro a lógica do mundo vivido e não o inverso, de que as redes estabelecem um padrão de comportamento a ser seguido.

Entendendo as bases que sustentam as relações de poder e suas instituições, as redes sociais assumem importante espaço ritualístico. Passam a ser novos templos de ritos, como reforços às práticas de poder. Assim, os ciberespaços são ambientes de construção sociais que perpetuam o jogo do poder. Diferente do que identificado na produção acadêmica, não são autônomas, não têm vida própria e nem tão pouco canais para o domínio ideológico de uma elite. São ferramentas que oferecem a linguagem para as representações imaginárias trazidas a partir das instituições. Nada mais é do que uma rede virtual de símbolos potencialmente estruturados para reforçar e reatualizar poderes.

O que é coletivo, pois tem bases culturais, aparenta pulverizado e individual nas redes sociais. Em um mundo onde os espaços físicos perdem força para os ambientes virtuais, os ritos assumem também novos formatos, regulando comportamentos antes ocorridos nos ambientes de sociabilidade presenciais. Não apenas como mecanismos ideológicos, mas como representações múltiplas com fortes elementos do imaginário. Mesmo que sejam mensagens disparadas por robôs ou construídas através das Fake News (o que aparentaria uma construção manipuladora), são ideias partilhadas por

cibernautas que se identificam com as informações tendo como sustentação suas regras vividas socialmente.

Acompanhando essa leitura, os memes não possuem esse componente racional por parte dos usuários das redes. Eles fazem parte dos mecanismos ritualísticos existentes nas relações materiais. No caso brasileiro, dentre as várias tendências políticas dos memes, aqueles com perfil conservador se aproximam aos reforços das regras enraizadas culturalmente e preservada há séculos. Há um apelo à ordem na permanência de instituições que estão sendo ameaçadas por um novo modelo de regras baseadas na democracia. Polimorfo em valores e imagens diversas, os usuários encontram na linguagem memética um espaço comum de expressão. Por serem valores difusos e conflitantes, as propostas conservadoras dos memes se confundem e emaranham entre princípios democráticos e autoritários, que nega, mas afirma, que repudia, mas admira. Interesses e valores se entrecruzam em ações nem sempre manipuláveis, mas movidos a sentimentos e emoções que não necessariamente se relacionam mecanicamente com manobras estratégicas conscientes e deliberadas de grupos e classes privilegiadas. Em boa parte, os memes representam e falam pelas instituições de poder não formais estabelecidas no Brasil, como o patrimonialismo, patriarcalismo e racismo (ACHTSCHIN, 2016).

O meme com seu perfil humorístico é um canal utilizado porque naturaliza e integra a contradição entre as regras formais e a coexistência com as normas informais brasileiras, as instituições legais e o instituído nos valores morais cotidianos. Ao mesmo tempo, adequa a ambiguidade entre o consentimento e o falso repúdio. É uma recusa aparente. Uma rejeição consentida, pois ao mesmo tempo que protesta, naturaliza, como são os casos de temas envolvendo especialmente uso privado da coisa pública, do preconceito racial ou da violência de gênero.

Trocando em miúdos, os memes reproduzem a aproximação dos atores ao seu universo próprio de poder, estes se identificando nos espaços coletivos das redes e não o inverso. É preciso reconhecer que há uma realidade institucional pré-existente na vida desse internauta e que este se associa ou refuta o discurso das redes através de suas vivências sociais. Por sua vez, essas vivências foram construídas em regras instituídas historicamente e que se

sustentam em lógicas próprias, ainda que distantes da referência democrática desejada por grupos que contrastam com as bases políticas conservadoras.

7. Considerações Finais

Na literatura acerca das redes sociais virtuais, há uma tendência de analisar os ciberespaços como representações baseadas em expressões de resistência e/ou dominação. Ocorre, nessa perspectiva, um entendimento que são expressões ideológicas, ora manipuladora e persuasiva, ora engajada e ativista. No entanto, esse modelo analítico não responde tudo. O que se propôs nesse artigo foi apresentar alternativas para essas pesquisas.

Um ponto de partida seria considerar as relações de poder no mundo micro, no cotidiano e suas regras de convivência identificadas nas representações das redes. Estas pertencem às representações construídas em um mundo de vivências e só replicam as representações desse universo, selecionam suas ideias a partir das experiências.

Nessa perspectiva, é possível perceber que não são as posições estabelecidas pelas redes sociais, mas o inverso, indivíduos que já têm sua posição política formada e se identifica com o exposto nas redes, não importando ser Fake News ou não. É a necessidade de preservar determinados valores de poder instituídos historicamente (que não são claros, pois fragmentam nas vivências do cotidiano) que se unem em pontos coletivos comuns trazidos pelas redes.

Não são os temas propostos nas redes que mobilizam os ciberativistas, mas o inverso, estes que buscam no informado sua identificação. São sentimentos compartilhados carregados de contradições, pois são condutas realizadas e partilhadas no dia a dia, no caso brasileiro, o patriarcalismo, patrimonialismo e racismo. Se são características de uma brasilidade aparentemente ou parcialmente indesejada, estão instituídas nas vivências, amplamente veiculadas e fortalecidas no mundo virtual.

Essa releitura propõe ampliar o debate em torno dos estudos envolvendo redes sociais e política. Especialmente, no plano teórico, o uso de categorias que aproximem de estudos relacionados à Cultura Política. Contemplando, portanto, aspectos vinculados ao poder que possam sobrepor às leituras apenas

a partir da ação racional. Perceber, no caso dos memes como espaços novos de ritos, bem como um canal adequado para transitar uma rede simbólica contendo múltiplas formas de representações, caso do imaginário e o mito, que reforçam o poder instituído, e não apenas como mecanismos de manipulações que encontram nos cibernautas atores passivos e desprovidos de opinião.

Referências

ACHTSCHIN SANTOS, Márcio. **As metamorfoses do camaleão patrimonialista: o neopentecostalismo sob a lente da cultura política**. Revista Vozes dos Vales, n. 09, ano V, 05, 2016. p. 01-24. Acesso em 06 de março de 2021.

_____. **Nem só de trabalho vive o homem: a autonomia do poder e suas representações enquanto categorias.** Revista Vozes dos Vales, n. 18 , Ano IX, 2020. p. 01-22. Acesso em 17 de agosto de 2021.

_____. **O poder e suas representações no interior das comunidades agregas do Vale do Mucuri, Minas Gerais (1850-1950)**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, 2020A. Acesso em 27 de julho de 2021.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: ROMANO, Ruggiero (org.) Enciclopédia Emandi**.** V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1985.

BAERT, Patrick. **Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia**. Rev. bras. *Ci. Soc.,*São Paulo , v. 12, n. 35, , Oct. 1997.Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Jan. 2021.

BARROS, Laan Mendes de; MILANEZI, Maicon José de Faria**. Disputas simbólicas em memes das eleições presidenciais brasileiras de 2018**. Lumina**,** v. 14, n. 1, p. 174-191, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/29629> Acesso em: 11 dezembro 2020.

BERSTEIN, Serge**. A cultura política**. In RIOUX & SIRINELLI (org.). Para uma história cultural. p. 362-363. Lisboa: Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.** Ref. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHAGAS, Viktor; FREIRE, Fernanda Alcântara; RIOS, Daniel; MAGALHÃES, Dandara**. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014**. Intexto**,** n. 38, p. 173-196, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/63892> Acesso em: 27 mar. 2020.

CHAGAS, Viktor. **A febre dos memes de política**. Revista Famecos, v. 25, n. 1, p. 27025, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/27025> Acesso em: 26 mar. 2020.

_____ " **Não tenho nada a ver com isso": cultura política, humor e intertextualidade nos memes das eleições 2014**. 2016. Compós Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6729> Acesso em: 13 out. 2020.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.**5 ed. São Paulo: Perspectiva. 2002.

FALCON, Francisco. **História e representação**. In CARDOSO, Ciro. F & MALERBA, J. *Representações:* contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

FERREIRA, V. H. N., & LIMA, J. V. R. B. da C. **Redes cômicas: uma abordagem sobre como pesquisar o humor na internet e as reverberações subliminares em torno do meme**. Diversitas Journal, *5*(3), p. 2237-2262, 2020. https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1203. Acesso em: 15 dezembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ana Suelen Tossige; MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **Memes políticos e dessubjetivação: o ocaso da phoné na política contemporânea brasileira**. Veritas *(Porto Alegre***)**, v. 64, n. 3, p. 01-34, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/34035> Acesso em: 27 dezembro 2020.

HABERMAS, J. **Não pode haver intelectuais se não há leitores**. El Pais*,* 08 de maio de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html> Acesso em 14 dezembro 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana S. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LESSA, Celia de Andrade**. Racionalidade estratégica e instituições**. Rev. bras. Ci. Soc.,São Paulo , v. 13, n. 37, p. 129-148, June 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200008&lng=en&nrm=iso>.Acesso em 11 dezembro de 2020.

LEVI, Margareth. **Uma lógica da mudança institucional**. *Dados,* 34 (1): 79-99, 1991.

MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade**. *Revista* FAMECOS*,* Porto Alegre, nº 15, agosto 2001, quadrimestral. p. 74-82.

MAKOWIECKY, Sandra**. Representação: a palavra, a ideia, a coisa**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*,* n. 57, dezembro de 2002. https://periódicos. Ufsa.br/index.php/cadernos de pesquisa/article. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MIAN, Mariella Batarra; CASTILHO, Alessandra de. **O Ciberativismo potencializado via memes: uma análise de articulação de pautas políticas e sociais nas redes**. Aurora.

Revista de Arte, Mídia e Política**,** v. 12, n. 34, p. 110 -128, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/38269> Acesso em: 21 dezembro 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In Culturas políticas na história**:** Novos estudos. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

NOLASCO, Ana, ÁVILA, Leonardo Frosi; JUNGBLUT, Aírton Luiz (2020). **Likes, memes e militância: ciberativismo na internet brasileira**. Conversas & Controvérsias*, 7*(1), e35328. https://doi.org/10.15448/2178-5694.2020.1.35328. Acesso em: 15 janeiro 2021.

NOLASCO-SILVA, Leonardo, SOARES; Maria da Conceição Silva; BIANCO, Vittorio Lo**. Os memes e o golpe.** Periferia*,* v. 11. N. 2, p. 111-130, mai/ago, 2019.

NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional Y desempeño económico**. Fondo de Cultura económica: México, 1995.

_____. Institutions. **Journal of Economic Perspectives***.* Volume 5, Number 1**.** Winter 1991*.* p. 97–112*.*

PESAVENTO, Sandra J**. Em busca de outra história: imaginando o Imaginário.** Revista Brasileira de história*.* São Paulo: ANPUH/Contexto. V. 15, n. 29, 1995.

POPOLIN, Guilherme. **Memes de discussão pública: o mito da conspiração comunista no Brasil.** ComPolítica**.** 2019. Disponível em: <http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4_Popolin.pdf> Acesso em: 13 dezembro. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder***.* São Paulo: Ática, 1993.

SHIFMAN, L. **Memes in a Digital Culture**. Cambridge: The MIT Press, 2014.

SILVA, H. R. **A história como representação do passado: a nova abordagem da história francesa**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). Representações: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p. 81-89.